

Lições de Kofi Annan

Paulo Gadelha
desembargador federal do TRF da 5ª
Região

Dois valores marcam e definem o comportamento do diplomata: paciência e determinação.

Inquestionavelmente, tais princípios fizeram a vida profissional de Kofi Annan, secretário-geral da ONU, e embaixador nascido em Gana, no continente africano.

Com coerência, espírito público, humildade e amor à verdade, o homem que ocupou, durante dez anos, tão importante, complexa e atribulada função, fez uma declaração histórica, resumindo e balizando a sua experiência no comando da Organização das Nações Unidas.

Antes de explicitar as cinco lições que a missão lhe cometeu, ele afirmou sereno: “A minha vida foi toda consagrada a aprender”.

Depois, construindo sentenças com amadurecimento e responsabilidade como o exige a boa diplomacia, ele especificou as cinco lições que o mundo das relações exteriores o fez mestre.

Na primeira de suas lições, ele doutrinou sobre a segurança internacional, afirmando conscientemente que “no mundo de hoje, todos somos responsáveis pela segurança”, para enfatizar: “Ante ameaças como a proliferação nuclear, as alterações climáticas e as pandemias, nenhuma nação sozinha pode garantir a própria segurança, afirmando a supremacia sobre as outras”.

Desta lição, sem dúvida, emerge uma verdade: a segurança internacional é construção a muitas mãos; é desafio solidário.

No segundo ensinamento, pertinente a uma sociedade mundialmente justa, o diplomata garante “que somos responsáveis pelo bem-estar de todos”.

Resumo da ópera: a paz é filha da solidariedade entre os povos.

Os países ricos têm o dever de compartilhar suas conquistas com as nações periféricas.

No capítulo dos Direitos Humanos, a terceira lição que a norma internacional apontou, Kofi Annan observou: “Nenhuma comunidade sofre de excesso do Estado de Direito, mas, muitas sofrem da falta dele”.

O respeito, pois, aos Direitos Humanos, é apanágio dos povos civilizados; sinal dos tempos modernos.

A quarta lição é um chamamento à autodeterminação dos povos, quando prega que “todos os Estados devem prestar contas àqueles que são afetados por suas ações”.

Na quinta e última lição, defende uma mudança no Conselho de Segurança da ONU, cuja estrutura administrativa é a mesma desde 1945, ano de fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), pregando a participação de novos membros, quando lembra que “o Conselho de Segurança da ONU não é palco em que se expressem interesses nacionais; é o comitê de gestão do frágil sistema de segurança mundial.”

Um legado histórico, resumido em cinco lições que podem construir uma nova ordem mundial.